

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.288 - SP (2019/0066791-7)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : JOSE CARLOS FARIAS  
**ADVOGADO** : RICARDO AURELIO DE MORAES SALGADO JUNIOR E  
OUTRO(S) - SP138058  
**RECORRIDO** : ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**INTERES.** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso em Mandado de Segurança, fundamentado no art. 105, II, **b**, da Constituição da República, interposto por JOSE CARLOS FARIAS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015, assim ementado:

"Acidente do Trabalho - Mandado de Segurança - Impetração contra decisão judicial que desafia recurso específico - Não caracterização da excepcionalidade para hipóteses teratológicas - Observância do enunciado na Súmula nº 267 do c. STF - Indeferimento da inicial, com base nos artigo 330, III, do CPC em vigor e artigo 10, da Lei nº 12.016/2009. Indefiro a inicial" (fl. 204e).

**Sustenta o recorrente, in verbis:**

"A parte recorrente ajuizou ação perante a 32 Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca de São Paulo em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício por incapacidade haja vista que é segurado da Previdência Social ter contribuído para o Regime Geral de Previdência Social.

Alegou a parte recorrente que foi vítima de acidente do trabalho, o que lhe deixou incapacitado para o trabalho.

Comprovou através dos exames e relatórios médicos anexados aos autos da ação principal, que em razão da atividade laborativa habitual, atualmente encontra-se acometido das seguintes enfermidades que lhe causam incapacidade laborativa.

Por não ter condição de exercer suas atividades remuneradas a parte recorrente requereu junto a autarquia previdenciária o benefício acidentário cessado indevidamente.

Em virtude da cessação do benefício de natureza acidentária a autarquia previdenciária colocou a parte impetrante em situação de extrema insegurança, já que efetivamente não reúne condições mínimas para exercer atividade remunerada, o que o levou a socorrer-se do Poder Judiciário, para reimplantação do benefício por

incapacidade.

A autarquia ré foi citada, apresentando contestação, arguindo em preliminar, incompetência relativa.

Ato contínuo foi proferida a decisão pelo Juízo de primeira instância, onde foi acolhida a exceção de incompetência argüida pela autarquia previdenciária, determinando a remessa do feito a redistribuição perante a Vara Cível da Comarca do domicílio da parte recorrente.

Submetido a julgamento, acordaram os Ínclitos Desembargadores da Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir decisão por votação unânime de conformidade com o voto do Relator que entendeu inviável a impetração de mandado de segurança contra ato judicial recorrível, considerando que a decisão interlocutória que acolheu exceção de incompetência relativa arguida pela autarquia previdenciária, não é recorrível por meio do agravo de instrumento, eis que não inclusa no rol do artigo 1.015, do NCPC, porém, todavia, pode ser objeto de impugnação em apelação ou contrarrazões, nos termos do artigo 1.009, parágrafo 1º, do mesmo diploma legal.

Destarte, o venerando acórdão proferido afrontou diretamente o direito líquido e certo da parte recorrente cerceando seu direito constitucional do acesso ao poder judiciário, sobretudo no que tange, ao direito de ter apreciada a ação proposta perante as Varas Especializadas de Acidente do Trabalho da Comarca de São Paulo, devendo a r.decisão ser anulada/cassada, por medida de Justiça.

(...)

Observa-se que as disposições constantes do do artigo 109, §3º da Constituição Federal, têm por objetivo salvaguardar a comodidade e o atendimento ao segurado, titular de direito, cuja natureza acidentária:

(...)

A competência que aqui se discute e que tem a parte impetrante como destinatário final, possui caráter territorial, em regra, relativa, daí porque pode a parte impetrante desconsiderá-la e preferir demandar, tanto no lugar em que ocorreu o acidente ou ainda, no lugar da sede ou sucursal do INSS (art. 53, III, alíneas a e b do CPC), in verbis:

(...)

Ressalta-se que no caso em concreto, a parte impetrante, pretende que a demanda se processe perante o foro da sede (Superintendência Regional) da autarquia, localizada na Comarca de São Paulo, não havendo qualquer motivo que o impeça, muito menos prejuízo para o INSS, diante da facilidade de colher os elementos necessários para a sua defesa.

Não é razoável obrigar o obreiro a demandar em determinada Comarca, se isso, efetivamente, não lhe interessa, não havendo

nesse caso escolha aleatória, mas sim dentre as opções estabelecidas pelo ordenamento jurídico vigente.

Arremate-se, ainda, que a escolha do local da sede regional do INSS somente traz benefícios a parte impetrante, notadamente, à autarquia, repita-se, diante da facilidade de colher os elementos necessários para a sua defesa.

Em suma, sendo a competência, no caso, de caráter relativo e não absoluto e tendo a parte impetrante declinado da benesse constitucional de promover a demanda no foro do seu domicílio ou dos fatos, escolhendo, assim, o lugar em que se localiza a sede regional da autarquia, nenhuma razão de ordem lógico-jurídica existe para o acolhimento da exceção de incompetência promovida pelo INSS.

(...)

Em primeiro plano de discussão, é de se reconhecer, que por conta da premissa equivocada, a r.decisão proferida pelo Juiz Singular, data máxima vênua, distanciou-se do ponto fulcral da demanda, o qual resume-se no direito da parte de optar por dar prosseguimento da ação acidentária perante as Varas Especializadas em Acidente do Trabalho da Comarca de São Paulo.

Com isso, a r.decisão atacada, que declinou da competência territorial, violou o direito líquido e certo da parte impetrante.

Sendo de competência de caráter relativo e não absoluto e tendo a parte impetrante declinado da benesse constitucional de ajuizar a demanda no foro de seu domicílio, escolhendo, desse modo, o foro da sede da autarquia, favorecendo-a com esse ato, inexistiu razão de ordem lógica para a manutenção da decisão atacada.

Ocorre que consoante termos da regra contida no artigo 109, parágrafo 3º da Constituição da República, faculta, aos segurados ou beneficiários da previdência social, a escolha do foro para ajuizamento, podendo recair em seu domicílio ou até mesmo fora dele, caracterizando, então, a competência territorial e, como tal, relativa.

Como se vê, a regra contida no artigo 109, parágrafo 3º, do texto constitucional, é ditada no interesse do segurado da Previdência Social, constituindo assim, uma faculdade da parte impetrante, que não pode ser prejudicado caso opte por não a usar.

O legislador constituinte objetivou com a redação do §3º do artigo 109, assegurar, aos beneficiários da Previdência Social, sobretudo ao segurados vítimas de Acidente de Trabalho, o melhor acesso possível ao Poder Judiciário, na busca do reparo acidentário, caso fosse necessário. Com isso, nada obsta que o segurado opte por ingressar com a ação perante as Varas Especializadas em Acidente do Trabalho.

De conseguinte, queda cristalino que é proporcionada ao segurado

uma faculdade de eleger o foro para o ajuizamento da respectiva ação acidentária.

O escopo maior do legislador constituinte, ao estabelecer a referida norma de competência territorial, é garantir a proteção dos direitos do segurado, parte hipossuficiente, facilitando o exercício de sua defesa.

A mencionada previsão legal deve ser entendida como uma faculdade, um direito atribuído ao litigante tecnicamente fragilizado, e não uma imposição, como pretende o D. Juízo a quo.

Ora, se a parte impetrante elegeu o foro da Comarca de São Paulo, é porque entende ser este o que mais lhe beneficia.

Ao contrário do que fundamentou a r.decisão atacada, o caso em tela se amolda perfeitamente ao entendimento majoritário deste Egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de optar em demandar tanto no foro de seu domicílio, como no local do acidente ou até no da sede, agência ou sucursal do INSS conforme precedente abaixo transcrito:

(...)

Neste mesmo sentido, também merece destaque entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme arestas abaixo transcritos:

(...)

Em caso análogo, decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conforme ementa, in verbis:

(...)

Neste mesmo sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

(...)

Desta forma, é de rigor a anulação/cassação da decisão atacada considerando que conforme entendimento jurisprudencial dos Tribunais Pátrios bem com, do Superior Tribunal de Justiça é uma faculdade para os beneficiários, a opção pela propositura da ação acidentaria no foro do seu domicilio ou em qualquer comarca onde haja as Varas Especializadas.

(...)

Destarte, sendo a competência de natureza relativa e tendo declinado da benesse constitucional de ajuizar a demanda no foro de seu domicílio, escolhendo o foro da sede da autarquia, favorecendo-a com esse ato, inexistente razão de ordem lógica para manutenção da decisão atacada.

Ressalta ser a regra contida no art. 109, § 3º, da Constituição Federal ditada no interesse do segurado, constituindo assim, uma faculdade da parte impetrante, que não poderia ser prejudicada caso optasse por não a usar, sendo o escopo maior do legislador constituinte, com essa regra, garantir a proteção dos direitos do segurado, parte hipossuficiente, facilitando o exercício de sua defesa.

Sem sobra de dúvida a tramitação da ação acidentária perante as Varas Especializadas, tende a ser mais célere, haja vista toda a estrutura judiciária criada especificamente para recepcionar casos relacionados a acidente do trabalho.

Também, merece destaque que o Setor de Perícias Especializadas em Acidentes do Trabalho da Capital, foi instituído objetivando a avaliação dos casos que envolvam acidentes do trabalho, doença profissional e doenças do trabalho.

Assim, as Varas da Comarca de São Paulo, são as que mais lhe beneficiaria, visto que esse foro dispõe de vara que, além de especializada em ações acidentárias, conta com setor de perícia médica, viabilizando maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, não havendo qualquer prejuízo à autarquia previdenciária.

A Divisão de Perícias Acidentárias da Capital, é setor especializado na análise das patologias decorrentes do trabalho o que viabiliza uma análise concreta das enfermidades apontadas a que a parte impetrante está acometido, sob o ângulo acidentário, sem contar quer as perícias médicas são designada com maior celeridade.

Outrossim, nos termos do artigo 346 do PROVIMENTO Nº 30/2013 da CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO-SÃO PAULO,

'Os exames no Setor de Perícias Acidentárias da Capital serão marcados, em regra, na presença do autor, que ficará devidamente intimado da data, hora e local de sua realização'.

O direito da parte optar por demandar perante as Vara Acidentárias é bastante compreensível, pois a Comarca de São Paulo dispõe de Varas Especializadas em Acidente do Trabalho, inclusive com Setor de Perícia Médica Específico, que certamente viabilizará maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional.

De outra vertente, também cumpre registrar casos análogos em andamento em outras Comarcas onde se revela o extenso lapso de tempo, entre a distribuição da ação, e a efetiva realização da perícia médica.

Para tanto, data máxima vênua, passo a transcrever quadro demonstrativo e ilustrativo, do extenso lapso temporal existente entre a propositura da ação e a realização da perícia, que como se pode aferir, vem se arrastando por no mínimo uma ano a um ano e meio:

(...)

Nesse contexto, perfeitamente razoável a manutenção da ação acidentária perante as Varas Acidentárias da Comarca de São Paulo, eleita pelo segurado, a fim de facilitar seu acesso ao Poder Judiciário e as Varas Especializadas.

Desta forma, pautando-se pelos princípios da celeridade e economia processual, bem como, pelo princípio da especificidade que revela o afastamento da norma geral pela incidência da norma especial, postula a parte impetrante a concessão da SEGURANÇA para a manutenção da ação e a realização de perícia judicial perante a Divisão de Perícias Acidentárias da Capital.

Por derradeiro, impende registrar que a eleição do foro não traz prejuízo à autarquia federal que, como cediço, possui uma Superintendência na Capital.

(...)

Conforme já delineado no presente recurso, estão devidamente configurados, sobretudo, no que tange o princípio da duração razoável do processo esculpido no inciso LXXVIII ao art. 5º da Carta Magna, que deve ser aplicado concomitantemente aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que o trâmite do processo não se estenda além do razoável, nem tampouco se agilize a ponto de comprometer a plena defesa e o contraditório, trazendo prejuízos as partes.

Assim, normas processuais que trouxeram eficácia ao texto da Emenda Constitucional nº 45, deverão observar o princípio constitucional do devido processo legal.

O prazo razoável na prestação jurisdicional como princípio constitucional traz um compromisso do Estado para com o cidadão a fim de dar maior efetividade ao processo, em respeito ao direito fundamental de acesso à justiça, que merece ser ressaltado. Sua importância destaca-se como pressuposto para o exercício pleno da cidadania nos Estados Democráticos de Direito, garantindo aos cidadãos a concretização dos seus direitos que lhes são constitucionalmente assegurados.

Está presente *fumus boni iuris* consistente na possibilidade cabal e incontestada, reconhecida pela jurisprudência pátria, no tocante a competência em matéria acidentária, a qual visa facilitar o trabalhador acidentado, podendo escolher uma entre as Comarcas em que é possível ingressar com a ação acidentária, a saber, o foro do seu domicílio ou do local do infortúnio ou mesmo do lugar onde está a sede para ação em for ré a pessoa jurídica ou onde se acha a agência ou sucursal quanto às obrigações que ela contraiu.

Outrossim, por se tratar de discussão relacionada a Benefício Acidentário, fica evidente o perigo da demora (*periculum in mora*), pois, trata-se de benefício que visa assegurar a manutenção das necessidades básicas do cidadão enquanto presente situação de incapacidade laborativa, restando evidente a natureza alimentar da prestação.

Em complemento é de se destacar que eventual remessa dos autos a outra Comarca, irá demandar irreparável lapso de tempo,

acarretando cumulados e sucessivos prejuízos ao impetrante, que necessita do benefício previdenciário o quanto antes para o sustento próprio e de sua família.

Assim, revela-se imperiosa a concessão do pedido de LIMINAR, inaudita altera pars, a fim de determinar a anulação/cassação da r.decisão atacada, determinando a manutenção e prosseguimento da Ação Acidentária, perante a MM. 32 Vara dos Acidentes do Trabalho da Comarca de São Paulo - SP" (fls. 215/227e).

Requer, por fim, "seja recebido e processado o presente Recurso Ordinário, posto que tempestivo e preenchidos os pressupostos de admissibilidade, para que no mérito seja dado regular PROVIMENTO ao presente recurso para o fim de reformar/cassar o v.acórdão recorrido que seja julgado procedente o pedido em todos os seus termos, concedendo-se a segurança definitiva para determinar e fixar a COMPETENCIA da MM. 32 Vara dos Acidentes do Trabalho da Comarca de São Paulo - SP, para processamento e julgamento da ação acidentária da parte recorrente por medida da mais lúdima Justiça. Termos em que, Pede deferimento" (fl. 227e).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 231e).

O Recurso Ordinário em Mandado de Segurança não pode prosperar.

Com efeito, o Tribunal de origem, ao decidir o Mandado de Segurança, deixou consignado, no que interessa:

"Inicialmente, em face do pleito e declaração contida na exordial (fl. 02), defiro os benefícios da gratuidade da justiça (art. 98, NCPC).

E, em que pesem os argumentos do impetrante, o caso é de indeferimento da inicial.

Com efeito, inviável a impetração de mandado de segurança contra ato judicial recorrível, nos termos da Súmula nº 267, do STF:

Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial passível de recurso ou correção.

No caso em comento, a decisão interlocutória que acolheu exceção de incompetência relativa arguida pelo réu, não é recorrível por meio do agravo de instrumento, eis que não inclusa no rol do artigo 1.015, do NCPC.

Todavia, pode ser objeto de impugnação em apelação ou contrarrazões, nos termos do artigo 1.009, parágrafo 1º, do mesmo diploma legal:

(...)

Não há que se confundir os conceitos de decisão irrecorrível com irrecorribilidade imediata, sendo este último caso dos autos, circunstância que não autoriza a impugnação via mandado de segurança.

Anoto, ainda, que, conforme jurisprudência pacífica, a admissão de Mandado de Segurança contra ato judicial requer situação absolutamente excepcional, quando evidenciada flagrante teratologia ou ilegalidade do ato (EDcl. no RMS 43019/São Paulo, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, STJ 1ª Turma, DJe em 05.04.2017), não sendo o caso dos autos.

Neste mesmo sentido, esta Corte já teve a oportunidade de decidir:

(...)

Deste modo, é o caso de indeferimento da inicial do mandado de segurança, conforme art. 330, III, do CPC em vigor e art. 10, da Lei nº 12.016/09.

POSTO ISTO, INDEFIRO a petição inicial, com base nos arts. 330, III, do CPC em vigor e 10, da Lei nº 12.016/09" (fls. 205/207e).

O recorrente, porém, no presente recurso, não atacou, especificamente, a fundamentação do acórdão recorrido, limitando-se a alegar:

"A parte recorrente ajuizou ação perante a 32 Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca de São Paulo em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão do benefício por incapacidade haja vista que é segurado da Previdência Social ter contribuído para o Regime Geral de Previdência Social.

Alegou a parte recorrente que foi vítima de acidente do trabalho, o que lhe deixou incapacitado para o trabalho.

Comprovou através dos exames e relatórios médicos anexados aos autos da ação principal, que em razão da atividade laborativa habitual, atualmente encontra-se acometido das seguintes enfermidades que lhe causam incapacidade laborativa.

Por não ter condição de exercer suas atividades remuneradas a parte recorrente requereu junto a autarquia previdenciária o benefício acidentário cessado indevidamente.

Em virtude da cessação do benefício de natureza acidentária a autarquia previdenciária colocou a parte impetrante em situação de extrema insegurança, já que efetivamente não reúne condições mínimas para exercer atividade remunerada, o que o levou a socorrer-se do Poder Judiciário, para reimplantação do benefício por incapacidade.

A autarquia ré foi citada, apresentando contestação, arguindo em preliminar, incompetência relativa.

Ato contínuo foi proferida a decisão pelo Juízo de primeira instância, onde foi acolhida a exceção de incompetência argüida pela autarquia previdenciária, determinando a remessa do feito a redistribuição perante a Vara Cível da Comarca do domicílio da parte recorrente.

Submetido a julgamento, acordaram os Ínclitos Desembargadores da Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo,

proferir decisão por votação unânime de conformidade com o voto do Relator que entendeu inviável a impetração de mandado de segurança contra ato judicial recorrível, considerando que a decisão interlocutória que acolheu exceção de incompetência relativa arguida pela autarquia previdenciária, não é recorrível por meio do agravo de instrumento, eis que não inclusa no rol do artigo 1.015, do NCPC, porém, todavia, pode ser objeto de impugnação em apelação ou contrarrazões, nos termos do artigo 1.009, parágrafo 1º, do mesmo diploma legal.

Destarte, o venerando acórdão proferido afrontou diretamente o direito líquido e certo da parte recorrente cerceando seu direito constitucional do acesso ao poder judiciário, sobretudo no que tange, ao direito de ter apreciada a ação proposta perante as Varas Especializadas de Acidente do Trabalho da Comarca de São Paulo, devendo a r.decisão ser anulada/cassada, por medida de Justiça.

(...)

Observa-se que as disposições constantes do do artigo 109, §3º da Constituição Federal, têm por objetivo salvaguardar a comodidade e o atendimento ao segurado, titular de direito, cuja natureza acidentária:

(...)

A competência que aqui se discute e que tem a parte impetrante como destinatário final, possui caráter territorial, em regra, relativa, daí porque pode a parte impetrante desconsiderá-la e preferir demandar, tanto no lugar em que ocorreu o acidente ou ainda, no lugar da sede ou sucursal do INSS (art. 53, III, alíneas a e b do CPC), in verbis:

(...)

Ressalta-se que no caso em concreto, a parte impetrante, pretende que a demanda se processe perante o foro da sede (Superintendência Regional) da autarquia, localizada na Comarca de São Paulo, não havendo qualquer motivo que o impeça, muito menos prejuízo para o INSS, diante da facilidade de colher os elementos necessários para a sua defesa.

Não é razoável obrigar o obreiro a demandar em determinada Comarca, se isso, efetivamente, não lhe interessa, não havendo nesse caso escolha aleatória, mas sim dentre as opções estabelecidas pelo ordenamento jurídico vigente.

Arremate-se, ainda, que a escolha do local da sede regional do INSS somente traz benefícios a parte impetrante, notadamente, à autarquia, repita-se, diante da facilidade de colher os elementos necessários para a sua defesa.

Em suma, sendo a competência, no caso, de caráter relativo e não absoluto e tendo a parte impetrante declinado da benesse constitucional de promover a demanda no foro do seu domicílio ou

dos fatos, escolhendo, assim, o lugar em que se localiza a sede regional da autarquia, nenhuma razão de ordem lógico-jurídica existe para o acolhimento da exceção de incompetência promovida pelo INSS.

(...)

Em primeiro plano de discussão, é de se reconhecer, que por conta da premissa equivocada, a r.decisão proferida pelo Juiz Singular, data máxima vênua, distanciou-se do ponto fulcral da demanda, o qual resume-se no direito da parte de optar por dar prosseguimento da ação acidentária perante as Varas Especializadas em Acidente do Trabalho da Comarca de São Paulo.

Com isso, a r.decisão atacada, que declinou da competência territorial, violou o direito líquido e certo da parte impetrante.

Sendo de competência de caráter relativo e não absoluto e tendo a parte impetrante declinado da benesse constitucional de ajuizar a demanda no foro de seu domicílio, escolhendo, desse modo, o foro da sede da autarquia, favorecendo-a com esse ato, inexistente razão de ordem lógica para a manutenção da decisão atacada.

Ocorre que consoante termos da regra contida no artigo 109, parágrafo 3º da Constituição da República, faculta, aos segurados ou beneficiários da previdência social, a escolha do foro para ajuizamento, podendo recair em seu domicílio ou até mesmo fora dele, caracterizando, então, a competência territorial e, como tal, relativa.

Como se vê, a regra contida no artigo 109, parágrafo 3º, do texto constitucional, é ditada no interesse do segurado da Previdência Social, constituindo assim, uma faculdade da parte impetrante, que não pode ser prejudicado caso opte por não a usar.

O legislador constituinte objetivou com a redação do §3º do artigo 109, assegurar, aos beneficiários da Previdência Social, sobretudo ao segurados vítimas de Acidente de Trabalho, o melhor acesso possível ao Poder Judiciário, na busca do reparo acidentário, caso fosse necessário. Com isso, nada obsta que o segurado opte por ingressar com a ação perante as Varas Especializadas em Acidente do Trabalho.

De conseguinte, queda cristalino que é proporcionada ao segurado uma faculdade de eleger o foro para o ajuizamento da respectiva ação acidentária.

O escopo maior do legislador constituinte, ao estabelecer a referida norma de competência territorial, é garantir a proteção dos direitos do segurado, parte hipossuficiente, facilitando o exercício de sua defesa.

A mencionada previsão legal deve ser entendida como uma faculdade, um direito atribuído ao litigante tecnicamente fragilizado, e não uma imposição, como pretende o D. Juízo a quo.

Ora, se a parte impetrante elegeu o foro da Comarca de São Paulo, é porque entende ser este o que mais lhe beneficia.

Ao contrário do que fundamentou a r.decisão atacada, o caso em tela se amolda perfeitamente ao entendimento majoritário deste Egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de optar em demandar tanto no foro de seu domicílio, como no local do acidente ou até no da sede, agência ou sucursal do INSS conforme precedente abaixo transcrito:

(...)

Neste mesmo sentido, também merece destaque entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme arestas abaixo transcritos:

(...)

Em caso análogo, decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conforme ementa, in verbis:

(...)

Neste mesmo sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

(...)

Desta forma, é de rigor a anulação/cassação da decisão atacada considerando que conforme entendimento jurisprudencial dos Tribunais Pátrios bem com, do Superior Tribunal de Justiça é uma faculdade para os beneficiários, a opção pela propositura da ação acidentaria no foro do seu domicílio ou em qualquer comarca onde haja as Varas Especializadas.

(...)

Destarte, sendo a competência de natureza relativa e tendo declinado da benesse constitucional de ajuizar a demanda no foro de seu domicílio, escolhendo o foro da sede da autarquia, favorecendo-a com esse ato, inexistente razão de ordem lógica para manutenção da decisão atacada.

Ressalta ser a regra contida no art. 109, § 3º, da Constituição Federal ditada no interesse do segurado, constituindo assim, uma faculdade da parte impetrante, que não poderia ser prejudicada caso optasse por não a usar, sendo o escopo maior do legislador constituinte, com essa regra, garantir a proteção dos direitos do segurado, parte hipossuficiente, facilitando o exercício de sua defesa.

Sem sobra de dúvida a tramitação da ação acidentária perante as Varas Especializadas, tende a ser mais célere, haja vista toda a estrutura judiciária criada especificamente para recepcionar casos relacionados a acidente do trabalho.

Também, merece destaque que o Setor de Perícias Especializadas em Acidentes do Trabalho da Capital, foi instituído objetivando a avaliação dos casos que envolvam acidentes do trabalho, doença profissional e doenças do trabalho.

Assim, as Varas da Comarca de São Paulo, são as que mais lhe

beneficiária, visto que esse foro dispõe de vara que, além de especializada em ações acidentárias, conta com setor de perícia médica, viabilizando maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, não havendo qualquer prejuízo à autarquia previdenciária.

A Divisão de Perícias Acidentárias da Capital, é setor especializado na análise das patologias decorrentes do trabalho o que viabiliza uma análise concreta das enfermidades apontadas a que a parte impetrante está acometido, sob o ângulo acidentário, sem contar quer as perícias médicas são designada com maior celeridade.

Outrossim, nos termos do artigo 346 do PROVIMENTO Nº 30/2013 da CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO-SÃO PAULO,

'Os exames no Setor de Perícias Acidentárias da Capital serão marcados, em regra, na presença do autor, que ficará devidamente intimado da data, hora e local de sua realização'.

O direito da parte optar por demandar perante as Vara Acidentárias é bastante compreensível, pois a Comarca de São Paulo dispõe de Varas Especializadas em Acidente do Trabalho, inclusive com Setor de Perícia Médica Específico, que certamente viabilizará maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional.

De outra vertente, também cumpre registrar casos análogos em andamento em outras Comarcas onde se revela o extenso lapso de tempo, entre a distribuição da ação, e a efetiva realização da perícia médica.

Para tanto, data máxima vênia, passo a transcrever quadro demonstrativo e ilustrativo, do extenso lapso temporal existente entre a propositura da ação e a realização da perícia, que como se pode aferir, vem se arrastando por no mínimo uma ano a um ano e meio:

(...)

Nesse contexto, perfeitamente razoável a manutenção da ação acidentária perante as Varas Acidentárias da Comarca de São Paulo, eleita pelo segurado, a fim de facilitar seu acesso ao Poder Judiciário e as Varas Especializadas.

Desta forma, pautando-se pelos princípios da celeridade e economia processual, bem como, pelo princípio da especificidade que revela o afastamento da norma geral pela incidência da norma especial, postula a parte impetrante a concessão da SEGURANÇA para a manutenção da ação e a realização de perícia judicial perante a Divisão de Perícias Acidentárias da Capital.

Por derradeiro, impende registrar que a eleição do foro não traz prejuízo à autarquia federal que, como cediço, possui uma Superintendência na Capital.

(...)

Conforme já delineado no presente recurso, estão devidamente configurados, sobretudo, no que tange o princípio da duração razoável do processo esculpido no inciso LXXVIII ao art. 5º da Carta Magna, que deve ser aplicado concomitantemente aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que o trâmite do processo não se estenda além do razoável, nem tampouco se agilize a ponto de comprometer a plena defesa e o contraditório, trazendo prejuízos as partes.

Assim, normas processuais que trouxeram eficácia ao texto da Emenda Constitucional nº 45, deverão observar o princípio constitucional do devido processo legal.

O prazo razoável na prestação jurisdicional como princípio constitucional traz um compromisso do Estado para com o cidadão a fim de dar maior efetividade ao processo, em respeito ao direito fundamental de acesso à justiça, que merece ser ressalvado. Sua importância destaca-se como pressuposto para o exercício pleno da cidadania nos Estados Democráticos de Direito, garantindo aos cidadãos a concretização dos seus direitos que lhes são constitucionalmente assegurados.

Está presente *fumus boni iuris* consistente na possibilidade cabal e incontestada, reconhecida pela jurisprudência pátria, no tocante a competência em matéria acidentária, a qual visa facilitar o trabalhador acidentado, podendo escolher uma entre as Comarcas em que é possível ingressar com a ação acidentária, a saber, o foro do seu domicílio ou do local do infortúnio ou mesmo do lugar onde está a sede para ação em for ré a pessoa jurídica ou onde se acha a agência ou sucursal quanto às obrigações que ela contraiu.

Outrossim, por se tratar de discussão relacionada a Benefício Acidentário, fica evidente o perigo da demora (*periculum in mora*), pois, trata-se de benefício que visa assegurar a manutenção das necessidades básicas do cidadão enquanto presente situação de incapacidade laborativa, restando evidente a natureza alimentar da prestação.

Em complemento é de se destacar que eventual remessa dos autos a outra Comarca, irá demandar irreparável lapso de tempo, acarretando cumulados e sucessivos prejuízos ao impetrante, que necessita do benefício previdenciário o quanto antes para o sustento próprio e de sua família.

Assim, revela-se imperiosa a concessão do pedido de LIMINAR, inaudita altera pars, a fim de determinar a anulação/cassação da r.decisão atacada, determinando a manutenção e prosseguimento da Ação Acidentária, perante a MM. 32 Vara dos Acidentes do Trabalho da Comarca de São Paulo - SP" (fls. 215/227e).

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Por outro lado, ainda que inexistisse o óbice da Súmula 283/STF, melhor sorte não socorreria o recorrente, pois, ao decidir pela impossibilidade de utilização do mandado de segurança como sucedâneo recursal, o Tribunal de origem não dissentiu dos precedentes desta Corte a respeito da matéria, entre os quais destaco:

"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL DO STJ. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA DO ATO IMPUGNADO. MANDADO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA NÃO CONHECIDO.

1. Não houve demonstração de flagrante ilegalidade ou de teratologia na decisão monocrática do Min. Herman Benjamin, que não conheceu de reclamação sob o fundamento de que esse instrumento processual não é um sucedâneo recursal. Além da fundamentação observar jurisprudência do STJ, a própria impetrante reconhece que não houve interposição de todos recursos no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

2. Ademais, em consulta processual, o ato coator indicado pela impetrante transitou em julgado sem que houvesse a interposição de agravo interno. Ora, tal como a reclamação, o mandado de segurança não é um sucedâneo recursal capaz de substituir a interposição do recurso legalmente cabível.

3. Mandado de segurança não conhecido" (STJ, MS 24.062/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, DJe de 02/04/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JUDICIAL PROFERIDO POR MINISTRO DO STJ. UTILIZAÇÃO DO WRIT COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA OU MANIFESTA ILEGALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A impetração de Mandado de Segurança contra ato judicial é medida excepcional, condicionada à ocorrência de teratologia da decisão combatida, seja por manifesta ilegalidade, seja por abuso de poder.

2. No caso em exame, a impetrante busca reformar o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, que, motivadamente, rejeitou os Embargos de Declaração, explicitando a manutenção da incidência da Súmula 182/STJ e a observância do art. 489 do

CPC/2015. Não há teratologia ou manifesta ilegalidade na decisão recorrida.

3. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no MS 24.071/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, DJe de 14/03/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. ACORDO JUDICIAL. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA. TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE A SER APLICADO. VIA ELEITA. IMPROPRIEDADE.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento uniforme de que o mandado de segurança - instituto que visa à proteção de direito líquido e certo contra ato abusivo ou ilegal de autoridade pública - não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, tampouco como substitutivo de ação de cobrança, em face das Súmulas 267 e 269 do STF, sob pena de se desnaturar a sua essência constitucional.

2. Hipótese em que a sentença homologatória de acordo judicial - celebrado nos autos da ação de desapropriação - não estabeleceu o critério de correção monetária dos títulos da dívida agrária.

3. A cobrança de valores referentes a índices inflacionários que melhor reflitam a real evolução da moeda deve ser dirimida em demanda autônoma, não podendo o presente writ assumir contornos de ação de cobrança ou de execução.

4. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no MS 23.502/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 27/11/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUXÍLIO-DOENÇA. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO INDEFERIDA. INADEQUAÇÃO DA VIA DO WRIT. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 267/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O mandado de segurança não é sucedâneo de recurso, sendo imprópria a sua impetração contra decisão judicial passível de impugnação prevista em lei, consoante o disposto na Súmula 267 do STF.

2. No presente caso, o recurso ordinário em mandado de segurança impugnou acórdão do TRF-3ª Região que inferiu liminarmente petição inicial de mandado de segurança, em que se apontava por abusiva e ilegal a rejeição de exceção de suspeição, decisão proferida em ação previdenciária.

3. Contra a decisão que rejeitou exceção de suspeição de magistrado em processo civil previdenciário deveria ter sido interposto o recurso adequado. Não há falar na excepcionalidade justificadora da

utilização do writ.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no RMS 46.736/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/12/2014).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. COMPENSAÇÃO DE INDÉBITO. ANOS ANTERIORES. VIA ELEITA. IMPROPRIEDADE.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento uniforme de que o mandado de segurança - instituto que visa à proteção de direito líquido e certo contra ato abusivo ou ilegal de autoridade pública - não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, tampouco como substitutivo de ação de cobrança, em face das Súmulas 267 e 269 do STF, sob pena de se desnaturar a sua essência constitucional.

2. Hipótese em que a segurança fora concedida em mandado de segurança preventivo para desobrigar o recolhimento de exação tributária (PIS e COFINS importação) de operações futuras com a inclusão do ICMS e PIS/COFINS na base de cálculo das contribuições previstas na Lei n. 10.865/2004, limitando-se a compensação e restituição aos valores recolhidos durante o processamento do writ.

3. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 941.883/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/03/2019).

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. SÚMULA 267, DO STF. INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO TERATOLÓGICA.

1. 'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição', nos termos da súmula nº 267, do STF.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgRg no RMS 36.631/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Por fim, quanto ao pedido de gratuidade da justiça, observo que o pleito já foi deferido, a fl. 205e.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **a**, do RISTJ, não conheço do presente Recurso Ordinário.

I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

